



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

02/06/2015 ATÉ 02/06/2015



INDÍCE

1	ASSESSORIA	
	1.1 BLOG CÉLIA FONTENELE.....	1
2	AÇÕES TJMA	
	2.1 O IMPARCIAL ONLINE.....	2
	2.2 SINDJUS.....	3
	2.3 SITE O QUARTO PODER.....	4
	2.4 SITE TV GUARÁ.COM.....	5
3	DECISÕES	
	3.1 BLOG AQUILES EMIR.....	6
	3.2 O IMPARCIAL ONLINE.....	7
4	PONTO FACULTATIVO / FERIADO	
	4.1 SITE O QUARTO PODER.....	8 9
5	SEGURANÇA	
	5.1 SITE O QUARTO PODER.....	10 11
6	SINDJUS	
	6.1 SINDJUS.....	12
7	VARA CRIMINAL	
	7.1 SITE O QUARTO PODER.....	13

Bradesco trata cliente como morto e é condenado pelo Judiciário Maranhense a indenizá-lo em R\$ 20 mil

O Bradesco foi condenado a pagar indenização, por danos morais, no valor de R\$ 20 mil, a um cliente de São Luís que teve a conta bloqueada por ter sido "tratado como morto". A decisão unânime da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que manteve a sentença de primeira instância. Para o relator, desembargador Ricardo Duailibe, o valor da condenação deve ser estabelecido em patamar que garanta à parte credora uma reparação pela lesão experimentada, bem como implique àquele que efetuou a conduta reprovável impacto suficiente para dissuadi-lo da repetição de situação semelhante.

De acordo com síntese apresentada pelo relator, o cliente possui conta corrente na agência Cohab do Bradesco, desde 2006, para depositar e transferir seus benefícios recebidos numa conta originária do INSS. Conta que, em 16 de maio de 2013, depois de o representante legal do apelado ter informado ao gerente que a conta estava bloqueada e que tinha intenção de realizar transações, teria sido impedido e, de forma debochada, teria ouvido que o titular tinha falecido e que se tratava de um golpe.

Diante da necessidade de levantar dinheiro para compra de medicamentos, o representante legal do apelado compareceu novamente ao banco, onde foi informado que a conta seria liberada, mas a gerente geral do estabelecimento se apresentou e afirmou que o documento de identidade do cliente deveria ser renovado, por não parecer verdadeiro.

O Bradesco apelou ao TJMA, afirmando que os danos morais são considerados danos impróprios por importarem em ofensa a sua esfera de direitos existenciais e que apenas podem ser compensados. Considerou a condenação excessiva e alegou que o apelado atribuiu à causa o valor de R\$ 5 mil. Disse que o juiz de 1º Grau não atentou para esta questão. Ricardo Duailibe disse que, considerando-se a idade avançada do cliente - 92 anos à época dos fatos - a natureza do dano consubstanciada na impossibilidade de movimentação de sua conta, ultrajes vivenciados e a recalcitrância do banco, considerou o valor de R\$ 20 mil razoável à justa reparação dos danos sofridos no caso.

Jornalistas discutem função social da imprensa

Além de promover maior integração entre os profissionais da Assessoria de Comunicação, possibilita momentos de reflexão sobre temas do cotidiano.

O papel dos meios de comunicação e a função social da imprensa na atual conjuntura política. Este foi um dos assuntos discutidos pelos profissionais da Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça, no projeto “Café com Palavra”, em mesa-redonda com o jornalista Itevaldo Júnior.

Profissional com experiência nas áreas política e cultural, com reportagens marcantes na imprensa maranhense, Itevaldo Júnior afirmou em debate com os jornalistas do TJMA que os meios de comunicação social ocupam papel importante no processo de mudança da realidade política, econômica e social no País.

Questionado se a comunicação online, com os inúmeros recursos oferecidos pela Internet, pode comprometer a sobrevivência do jornal impresso, Itevaldo Júnior frisou que os veículos tradicionais de comunicação não podem competir de forma ingênua com a Internet.

Para o jornalista, o jornal impresso tem que se reinventar nessa nova realidade no mercado da comunicação, para manter sua vitalidade como instrumentos de comunicação eficiente junto à sociedade, que já consegue aferir a qualidade da informação que recebe.

Segundo ele, os veículos tradicionais, em especial impressos, devem manter o que têm de melhor, ampliando o contato com a sociedade, com efetivos investimentos no conteúdo e na qualidade do jornalismo praticado, dando mais consistência à notícia e evitando a superficialidade.

Itevaldo Junior diz que a força do jornalismo impresso está nas grandes reportagens com abordagens contextualizadas sobre temas pertinentes à sociedade, descrevendo o mundo no qual vivemos.

O jornalista enfatizou que a imprensa tem que exercer plenamente a sua função social. No caso específico dos jornais, ele ressalta que esse segmento de mídia não pode abandonar a grandes reportagens e tratar com superficialidade questões que definem a vida do cidadão.

Na ocasião, ele apresentou aos jornalistas da Assessoria de Comunicação do TJMA o livro “Quase Retratos”, obra literária da sua lavra, concebida a partir da sensibilidade e do olhar atento do jornalista no cotidiano profissional.

Café Com Palavra - O projeto “Café com Palavra” acontece às segundas-feiras, antes do horário de expediente. Além de promover maior integração entre os profissionais da Assessoria de Comunicação, possibilita momentos de reflexão sobre temas do cotidiano. (informações TJMA).

Judiciário promove campanha de vacinação nesta terça e quarta

O Tribunal de Justiça do Maranhão promove hoje, 02, e quarta-feira, 03, mais uma campanha de vacinação dirigida a servidores e magistrados contra a Tríplice Viral (Sarampo, Caxumba e Rubéola), Febre Amarela, Hepatite B, Difteria e Tétano (DT). Hoje, 02, a campanha acontecerá na Divisão Médica do Tribunal de Justiça (Praça Dom Pedro II, Centro), das 9 às 12 horas; e na Corregedoria, das 13 às 16h. Já na quarta, 03, a ação será realizada na sede administrativa do TJMA, das 09h às 12h, e no Almojarifado Central (bairro Alemanha), das 13h às 16h. No ato da imunização, o servidor deverá apresentar a carteira de vacinação.

As vacinas contra a Febre Amarela serão aplicadas em dose única, a última com validade de 10 anos. Já a aplicação da vacina contra Hepatite B será feita em três doses (a segunda após um mês e a terceira após 6 meses, ambas contadas a partir da primeira dose); e contra Difteria e Tétano em três doses, com intervalos de 2 meses cada. Confira campanha de vacinação a tabela de vacinação.

Bradesco tem que indenizar cliente "tratado como morto"RedaçãoAqui-MAO IMPARCIALComercialClassificadosAtendimento ao assinante

MP-MAO Bradesco foi condenado a pagar indenização, por danos morais, no valor de R\$ 20 mil, a um cliente de São Luís. A decisão unânime da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) foi favorável ao correntista, beneficiário do INSS, que teve a conta bloqueada e disse ter sido "tratado como morto" na agência. O órgão colegiado manteve a sentença de primeira instância. O relator, desembargador Ricardo Duailibe, disse que o valor da condenação deve ser estabelecido em patamar que garanta à parte credora uma reparação pela lesão experimentada, bem como implique àquele que efetuou a conduta reprovável impacto suficiente para dissuadi-lo da repetição de situação semelhante. Os desembargadores Maria das Graças Duarte e Raimundo Barros concordaram com o relator e também mantiveram a indenização em R\$ 20 mil, votando contra a apelação do Bradesco, considerando-se a natureza do dano pela impossibilidade de movimentação da conta do cliente e a resistência do banco em atender a ordem judicial de desbloqueio, retardando por seis meses o impedimento. DEBOCHADA - De acordo com síntese apresentada pelo relator, o cliente possui conta corrente na agência Cohab do Bradesco, desde 2006, para depositar e transferir seus benefícios recebidos numa conta originária do INSS. Conta que, em 16 de maio de 2013, depois de o representante legal do apelado ter informado ao gerente que a conta estava bloqueada e que tinha intenção de realizar transações, teria sido impedido e, de forma debochada, teria ouvido que o titular tinha falecido e que se tratava de um golpe. Prossegue dizendo que, depois de explicar o ocorrido, seu filho levou o titular da conta à instituição bancária, onde esperaram inutilmente por atendimento a ser realizado pela gerente geral da agência. Diante da necessidade de levantar dinheiro para compra de medicamentos, o representante legal do apelado compareceu novamente ao banco, onde foi informado que a conta seria liberada, mas a gerente geral do estabelecimento se apresentou e afirmou que o documento de identidade do cliente deveria ser renovado, por não parecer verdadeiro. O relator disse que, apesar dos apelos e de pagar mensalmente as taxas de manutenção da conta, a mesma permaneceu bloqueada. Ação foi proposta e, deferida a liminar, o banco foi intimado e citado, no entanto, permaneceu inerte. O Bradesco apelou ao TJMA, afirmando que os danos morais são considerados danos impróprios por importarem em ofensa a sua esfera de direitos existenciais e que apenas podem ser compensados. Considerou a condenação excessiva e alegou que o apelado atribuiu à causa o valor de R\$ 5 mil. Disse que o juiz de 1º Grau não atentou para esta questão. O desembargador Ricardo Duailibe disse que, considerando-se a idade avançada do cliente - 92 anos à época dos fatos - a natureza do dano consubstanciada na impossibilidade de movimentação de sua conta, ultrajes vivenciados e a recalcitrância do banco, considerou o valor de R\$ 20 mil razoável à justa reparação dos danos sofridos no caso.

Campanha de doação de sangue será nesta quarta (03) em frente ao Fórum de São Luís

A Diretoria do Fórum Des. Sarney Costa realiza nesta quarta-feira (03) a campanha de doação de sangue “Você é a gota que falta”. A iniciativa é uma parceria com a Divisão Psicossocial do Tribunal de Justiça e Hemomar que disponibilizará uma unidade móvel para coleta, em frente ao fórum, no Calhau. O objetivo é conseguir doadores entre os servidores, magistrados e demais operadores de Direito, além de pessoas da comunidade que estiverem no fórum no dia da campanha.

A coleta de sangue, realizada por profissionais do Hemomar, será das 9h às 17h. O chefe da Divisão Médica e Odontológica do Fórum, Marcondes Tavares Filho, explica que a unidade móvel possui capacidade para atender quatro pessoas simultaneamente. A coleta dura cerca de 15 minutos; é feita com material estéril e descartável, sem risco de contrair doença. Antes da coleta, o doador passa por avaliação clínica e entrevista de forma individual e sigilosa.

Incentivo à doação

O projeto “Doar é Amar”, desenvolvido pela Divisão Psicossocial do Tribunal de Justiça em articulação com a Diretoria do Fórum de São Luís, por meio da Divisão Médica e Odontológica, visa estimular a doação de sangue pelos magistrados e servidores do Poder Judiciário, contribuindo para a manutenção de estoque de sangue no Hemocentro do Maranhão. Atende também aos magistrados, servidores e seus dependentes, quando houver necessidade de transfusão de sangue. Todo o trabalho é realizado em parceria com o Hemomar.

Por que doar

O ato é voluntário e salva vidas. É um gesto de solidariedade e cidadania. A doação é segura e quem doa uma vez não é obrigado a fazê-lo sempre. No entanto, é muito importante que pessoas saudáveis doem sangue regularmente.

Em cada doação são realizados exames que incluem pesquisa para Hepatite B e C, Doença de Chagas, AIDS, Sífilis e HTLV I/II. Havendo qualquer alteração nos resultados, o doador será convocado para confirmação de exames. O sangue doado é separado em diferentes componentes (hemácias, plaquetas e plasma) e assim poderá beneficiar mais de um paciente com apenas uma unidade coletada.

Condições básicas para doar sangue:

-Apresentar documento com foto, válido em todo território nacional;

-Estar bem de saúde;

-Ter entre 16 e 69 anos de idade. Adolescentes só doam mediante consentimento formal do responsável legal;

-Pesar acima de 50 Kg;

-Não estar em jejum;

-Dormir bem nas últimas 24 horas;

-Não ingerir bebidas alcoólicas 12 horas antes da doação;

-Não ter se exposto a situação de risco que favoreça a contaminação por doenças transmissíveis pelo sangue.

Dirigentes do SINDJUS-MA recebem visita de comissão de analistas para tratar do Novo PCCV

Nesta segunda-feira, 01^o de junho, o Presidente do Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (SINDJUS-MA), Anibal Lins, recebeu em audiência uma comissão de analistas judiciários, formada pelos servidores Victor Azevedo Segundo, Lêda Alice do Nascimento Ribeiro, Thiago Ferreira Bogéa, Adriana Carolina Rodrigues da Silva, Erickson Carneiro e Rodrigo Cavalcanti, integrantes do movimento ANAJUD - Associação dos Analistas Judiciários. O encontro atende a uma solicitação dos analistas, que pretendiam obter informações sobre o posicionamento do sindicato acerca da proposta do novo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV), elaborada pela comissão do Tribunal de Justiça do Estado (TJMA), presidida pelo Desembargador Lourival Serejo.

Durante o encontro, o Presidente Anibal Lins esteve acompanhado da analista judiciária Arlinda Reis, psicóloga e membro da Comissão Paritária do SINDJUS-MA, responsável pela elaboração da proposta da entidade de Novo PCCV, e também do analista judiciário Pedro Davi Araújo, bacharel em Direito e Secretário Geral Adjunto do SINDJUS-MA, que prestaram todas informações solicitadas pelos colegas.

Segundo Lins, após a divulgação da proposta de Novo PCCV elaborado pela Comissão do Tribunal de Justiça, o Sindicato decidiu declarar apoio aos pontos do projeto, que atenderam as reivindicações contidas na proposta elaborada por consenso pela Comissão Paritária do SINDJUS/MA, formada por Arlinda Reis (Analista Judiciária), Emanuel Jansen (Oficial de Justiça), José Carlos Santos (Comissários de Justiça), Carlindo Filho (Auxiliar Judiciário) e Francisco Marques (Técnico Judiciário). Dentre as propostas acatadas destacam-se a destinação de 50% dos cargos comissionados para servidores efetivos, a correção das progressões e dos adicionais de qualificação técnica, a fixação do mês de janeiro como data base para reposição anual das perdas inflacionárias, a extinção das carreiras de nível fundamental e a equiparação de vencimentos dos auxiliares com os técnicos judiciários.

Apesar dos avanços, a direção do SINDJUS-MA decidiu convocar uma assembleia geral extraordinária dos servidores para orientar a categoria a reafirmar sua disposição de continuar lutando pelos acolhimento dos pleitos que ainda não foram atendidos pela administração do Tribunal de Justiça. “Nossa posição agora é apresentar um pedido de reconsideração dessas outras propostas ao Órgão Especial, de modo a permitir que elas sejam suficientemente debatidas e acolhidas pelos desembargadores, na forma de emendas ao projeto da Comissão do TJ”, disse Anibal Lins.

Atendendo proposta do Secretário Geral Adjunto Pedro Davi, o Presidente do SINDJUS/MA Anibal Lins solicitou aos analistas que indicassem uma sugestão de tabela de vencimentos para a carreira única de nível superior, que sirva de referência para a fixação da tabela de vencimentos da carreira única de nível médio do Tribunal de Justiça. “A posição do Sindicato, em consenso com a Comissão Paritária do Novo PCCV, é que os vencimentos dos cargos de nível médio no TJMA não sejam inferiores a 60% dos vencimentos da carreira única de nível superior. Essa proposta foi rejeitada pela Comissão do TJ. Mas o sindicato pretende continuar lutando até que se garanta o atendimento desse pleito inegociável da categoria”, afirmou.

Em resposta ao pedido do Presidente do SINDJUS/MA, os analistas propuseram que a tabela de vencimentos da carreira de nível superior do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão - TCE/MA seja adotada como referência nessa nova rodada de negociações com o Tribunal de Justiça, em torno do texto final do Novo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos - PCCV dos servidores do quadro de efetivo. “Essa proposta é bastante

razoável e tem de pronto o meu apoio pessoal. Por consenso, levaremos essa proposta juntamente com os membros da Comissão Paritária do SINDJUS para que seja referendada na Assembleia Geral da próxima sexta-feira, 5, em nossa sede recreativa na Estrada da Raposa”, completou.

Para Arlinda Reis, analista judiciária e membro da Comissão do Novo PCCV do SINDJUS/MA, o encontro foi muito positivo e deveria já ter acontecido há mais tempo. “Precisamos estar todos juntos, pois estamos afinal todos do mesmo lado, que é o lado da valorização de todos os servidores”, declarou.

O encontro se encerrou com o convite dos diretores Anibal Lins, Arlinda Reis e Pedro Davi do SINDJUS-MA aos analistas judiciários para que compareçam massivamente na Assembleia Geral Extraordinária da próxima sexta-feira (5 de junho), e lá estejam para discutir e decidir os destinos do conjunto dos servidores, lado a lado com todos os demais colegas, unidos por fortes laços de fraternidade e solidariedade.

Por sua vez, os analistas entregaram aos diretores do SINDJUS-MA uma Nota Pública, na qual declaram seu apoio aos avanços obtidos com o projeto do Novo PCCV da Comissão Presidida pelo Desembargador Lourival Serejo, mas, ao mesmo tempo, cobram do Tribunal de Justiça o atendimento de outros pleitos dos servidores.

Leia, a seguir, a Nota Pública dos Analistas:

“A ANAJUD-MA, associação representativa dos analistas Judiciários do TJMA, apóia os avanços obtidos com o projeto do novo PCCV, mas entende que ele não foi suficiente para atender grande parte das demandas da categoria. Portanto, estamos apresentando, mais uma vez, nossa proposta com os pleitos que não foram atendidos, destacando a Gratificação por Atividade Especializada e o Auxílio Livro.

De toda forma, a ANAJUD entende que o momento é para uma análise sobre o cenário das negociações e reafirma o compromisso de buscar um plano que contemple melhorias para todos os servidores, de forma isonômica para todas as categorias. - A DIRETORIA”

Campanha de doação de sangue será nesta quarta (03) em frente ao Fórum de São Luís

A Diretoria do Fórum Des. Sarney Costa realiza nesta quarta-feira (03) a campanha de doação de sangue “Você é a gota que falta”. A iniciativa é uma parceria com a Divisão Psicossocial do Tribunal de Justiça e Hemomar que disponibilizará uma unidade móvel para coleta, em frente ao fórum, no Calhau. O objetivo é conseguir doadores entre os servidores, magistrados e demais operadores de Direito, além de pessoas da comunidade que estiverem no fórum no dia da campanha.

A coleta de sangue, realizada por profissionais do Hemomar, será das 9h às 17h. O chefe da Divisão Médica e Odontológica do Fórum, Marcondes Tavares Filho, explica que a unidade móvel possui capacidade para atender quatro pessoas simultaneamente. A coleta dura cerca de 15 minutos; é feita com material estéril e descartável, sem risco de contrair doença. Antes da coleta, o doador passa por avaliação clínica e entrevista de forma individual e sigilosa.

O diretor do fórum, juiz Osmar Gomes dos Santos, disse que a campanha integra o calendário de ações desenvolvidas pela diretoria do órgão ao longo do ano, a exemplo das campanhas periódicas de vacinação, palestras sobre medidas voltadas para a saúde do público interno e outras atividades. Em 2015 estão sendo realizadas também diversas atividades de integração, valorização do público interno e humanização do ambiente de trabalho.

Incentivo à doação – o projeto “Doar é Amar”, desenvolvido pela Divisão Psicossocial do Tribunal de Justiça em articulação com a Diretoria do Fórum de São Luís, por meio da Divisão Médica e Odontológica, visa estimular a doação de sangue pelos magistrados e servidores do Poder Judiciário, contribuindo para a manutenção de estoque de sangue no Hemocentro do Maranhão. Atende também aos magistrados, servidores e seus dependentes, quando houver necessidade de transfusão de sangue. Todo o trabalho é realizado em parceria com o Hemomar.

Por que doar – o ato é voluntário e salva vidas. É um gesto de solidariedade e cidadania. A doação é segura e quem doa uma vez não é obrigado a fazê-lo sempre. No entanto, é muito importante que pessoas saudáveis doem sangue regularmente.

Em cada doação são realizados exames que incluem pesquisa para Hepatite B e C, Doença de Chagas, AIDS, Sífilis e HTLV I/II. Havendo qualquer alteração nos resultados, o doador será convocado para confirmação de exames. O sangue doado é separado em diferentes componentes (hemácias, plaquetas e plasma) e assim poderá beneficiar mais de um paciente com apenas uma unidade coletada.

Condições básicas para doar sangue:

-Apresentar documento com foto, válido em todo território nacional;

-Estar bem de saúde;

-Ter entre 16 e 69 anos de idade. Adolescentes só doam mediante consentimento formal do responsável legal;

-Pesar acima de 50 Kg;

-Não estar em jejum;

-Dormir bem nas últimas 24 horas;

-Não ingerir bebidas alcoólicas 12 horas antes da doação;

-Não ter se exposto a situação de risco que favoreça a contaminação por doenças transmissíveis pelo sangue.

Procedimento de acesso de advogados no Fórum de São Luís poderá ser melhorado

Uma reunião realizada na manhã desta segunda-feira (1º), entre Corregedoria da Justiça do Maranhão, Diretoria do Fórum de São Luís, Associação dos Magistrados e Ordem dos Advogados do Brasil poderá resultar em alterações nos procedimentos de acesso adotados no Fórum de Justiça da capital. Atualmente, todo acesso é feito por meio de processo eletrônico, com base na política de segurança instituída pelo Tribunal de Justiça.

Mesmo entendendo a necessidade da regulamentação e do controle no acesso, o advogado presidente da OAB, Mario Macieira, defendeu adequações no forma de acesso, considerando o grande fluxo de advogados e as audiências com hora marcada a serem realizadas. “Temos atualmente mais de dez mil advogados em atuação no Estado, a maior parte na capital. Queremos buscar uma solução viável e de forma conjunta, que facilite o acesso do advogado e não prejudique as partes assistidas”, pontuou.

A corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, defendeu algumas medidas alternativas até que se busque uma solução definitiva. “De fato, o acesso ainda encontra alguns problemas, mas estamos buscando melhorar o atendimento para o público e os operadores do Direito, razão pela qual estamos aqui. Agora, lembro que todas as medidas de controle são em função da segurança dessas pessoas que transitam no fórum diariamente”, afirmou.

De acordo com a advogada conselheira federal da OAB, Valéria Lauande, ainda é grande o número de advogados que estão tendo dificuldade de acesso, pois “aqueles que não tem o crachá estão tendo que enfrentar a fila comum, ocasionando atrasos e outros problemas decorrentes para realização das audiências”, informou.

Mário Macieira citou o exemplo do Judiciário carioca, ao destacar que o tribunal do Rio de Janeiro acoplou nas catracas de acesso às unidades judiciais um leitor de código de barras que permite ao advogado apenas inserir seu cartão para que o acesso seja liberado. A medida foi bem aceita pelos membros presentes, havendo apenas a preocupação em relação à compatibilidade do leitor junto ao sistema utilizado pelo Judiciário maranhense. Macieira garantiu que o procedimento é seguro.

Proposta - Como medida paliativa, Nelma Sarney sugeriu o acesso dos advogados em um balcão de atendimento, mediante apresentação da identificação funcional. Esse trabalho seria realizado por uma equipe do próprio fórum com o possível auxílio de funcionários da OAB. Essa iniciativa contribuiria para diminuir a fila de espera por parte dos advogados, que dependem do acesso diário ao fórum para desempenhar suas funções.

As alternativas propostas serão analisadas pelo diretor de Segurança em parceria com o juiz diretor do Fórum de São Luís e deverão estar adequadas à política de segurança institucional adotada, cuja finalidade é garantir a integridades das mais de seis mil pessoas que circulam no prédio diariamente.

Novo CPC - Como pauta da reunião também foram discutidas as implicações para os órgãos do Sistema de Justiça do novo Código de Processo Civil (CPC), que entrará em vigor em março de 2013. Questões como demandas repetitivas, litigância de ma fé e o estabelecimento de um planejamento para adequar os serviços judiciais à nova realidade expostas e os representantes se comprometeram em dar continuidade ao debate.

Participaram da reunião os juízes auxiliares Maria Francisca Galiza, José Américo Costa e Marcia Coelho Chaves; o juiz diretor do Fórum de São Luís, Osmar Gomes dos Santos; o juiz presidente da Amma, Gervásio Protásio dos Santos; o diretor de Segurança do TJMA, major Alexandre Magno; e o advogado tesoureiro da OAB; Marco Lara.

Procedimento de acesso de advogados no Fórum de São Luís poderá ser melhorado

Uma reunião realizada na manhã desta segunda-feira (1º), entre Corregedoria da Justiça do Maranhão, Diretoria do Fórum de São Luís, Associação dos Magistrados e Ordem dos Advogados do Brasil poderá resultar em alterações nos procedimentos de acesso adotados no Fórum de Justiça da capital. Atualmente, todo acesso é feito por meio de processo eletrônico, com base na política de segurança instituída pelo Tribunal de Justiça.

Mesmo entendendo a necessidade da regulamentação e do controle no acesso, o advogado presidente da OAB, Mario Macieira, defendeu adequações no forma de acesso, considerando o grande fluxo de advogados e as audiências com hora marcada a serem realizadas. “Temos atualmente mais de dez mil advogados em atuação no Estado, a maior parte na capital. Queremos buscar uma solução viável e de forma conjunta, que facilite o acesso do advogado e não prejudique as partes assistidas”, pontuou.

A corregedora da Justiça, desembargadora Nelma Sarney, defendeu algumas medidas alternativas até que se busque uma solução definitiva. “De fato, o acesso ainda encontra alguns problemas, mas estamos buscando melhorar o atendimento para o público e os operadores do Direito, razão pela qual estamos aqui. Agora, lembro que todas as medidas de controle são em função da segurança dessas pessoas que transitam no fórum diariamente”, afirmou.

De acordo com a advogada conselheira federal da OAB, Valéria Lauande, ainda é grande o número de advogados que estão tendo dificuldade de acesso, pois “aqueles que não tem o crachá estão tendo que enfrentar a fila comum, ocasionando atrasos e outros problemas decorrentes para realização das audiências”, informou.

Mário Macieira citou o exemplo do Judiciário carioca, ao destacar que o tribunal do Rio de Janeiro acoplou nas catracas de acesso às unidades judiciais um leitor de código de barras que permite ao advogado apenas inserir seu cartão para que o acesso seja liberado. A medida foi bem aceita pelos membros presentes, havendo apenas a preocupação em relação à compatibilidade do leitor junto ao sistema utilizado pelo Judiciário maranhense. Macieira garantiu que o procedimento é seguro.

Proposta - Como medida paliativa, Nelma Sarney sugeriu o acesso dos advogados em um balcão de atendimento, mediante apresentação da identificação funcional. Esse trabalho seria realizado por uma equipe do próprio fórum com o possível auxílio de funcionários da OAB. Essa iniciativa contribuiria para diminuir a fila de espera por parte dos advogados, que dependem do acesso diário ao fórum para desempenhar suas funções.

As alternativas propostas serão analisadas pelo diretor de Segurança em parceria com o juiz diretor do Fórum de São Luís e deverão estar adequadas à política de segurança institucional adotada, cuja finalidade é garantir a integridades das mais de seis mil pessoas que circulam no prédio diariamente.

Novo CPC - Como pauta da reunião também foram discutidas as implicações para os órgãos do Sistema de Justiça do novo Código de Processo Civil (CPC), que entrará em vigor em março de 2013. Questões como demandas repetitivas, litigância de ma fé e o estabelecimento de um planejamento para adequar os serviços judiciais à nova realidade expostas e os representantes se comprometeram em dar continuidade ao debate.

Participaram da reunião os juízes auxiliares Maria Francisca Galiza, José Américo Costa e Marcia Coelho Chaves; o juiz diretor do Fórum de São Luís, Osmar Gomes dos Santos; o juiz presidente da Amma, Gervásio Protásio dos Santos; o diretor de Segurança do TJMA, major Alexandre Magno; e o advogado tesoureiro da OAB; Marco Lara.

02/06/2015 - SITE O QUARTO PODER

POSITIVA

(POSTADO EM 01.06.15) PROCEDIMENTO DE ACESSO DE ADVOGADOS NO FÓRUM DE SÃO LUÍS PODERÁ SER MELHORADO

Juiz decreta prisão de réu que esfaqueou ex-companheira minutos antes da audiência

O juiz Francisco Ferreira de Lima, titular da 2ª Vara de Coroadá, decretou, nessa segunda-feira, 1º, a prisão de Jeovaci dos Santos Sousa, 30 anos, autônomo, por ter tentado contra a vida da ex-companheira, J.B.M, 29 anos, técnica de enfermagem, atingindo-a com golpes de faca no abdômen e nas costas e fugindo em seguida.

A decretação da prisão ocorreu durante audiência de Medida Protetiva realizada no Hospital Macrorregional de Coroadá, onde a vítima se encontra internada, e para onde o juiz se dirigiu, acompanhado do delegado de polícia e servidor do Fórum, ao ser informado por populares que a mulher, que seria ouvida em audiência designada para as 9h do mesmo dia (1º), havia sido esfaqueada pelo ex-companheiro.

Através de gestos (a mulher foi operada e se encontra entubada) J. se comunicou com o juiz e demonstrou seu desejo de não mais conviver com o ex-companheiro e solicitou a prisão do agressor.

Agressão e ameaça - Segundo relata o juiz Francisco Ferreira Lima no termo de audiência, “o suspeito fora abandonado pela vítima, porém nunca aceitou a separação, já que se sentia rejeitado por quem dizia amar. Com esse sentimento de rejeição, o suspeito, por várias vezes, ameaçou a sua então companheira, chegando a agredi-la fisicamente na porta do Posto de Saúde do Areal”.

No documento, o magistrado ressalta ainda que audiência para ouvir o casal havia sido marcada para a data (1º de junho), não tendo vítima e agressor comparecido porque Jeovaci esfaqueou a mulher na porta do Centro de Reabilitação de Coroadá, estando a vítima, “que por pouco não foi assassinada”, na UTI do Hospital Macrorregional de Coroadá.

Impune - Para o magistrado, “as medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha mostram-se insuficientes na fase atual em que os fatos envolvendo o ex-casal sendo necessário agora algo mais drástico em desfavor do suspeito, qual seja, a prisão preventiva”.

Nas palavras do juiz, “o réu não pode ficar impune, como se nada tivesse feito. A prisão do suspeito se faz necessária também para acautelar a integridade física e moral da vítima, pois os fatos narrados indicam que o suspeito não se contentará apenas em lesionar a vítima, estando assim próximo de ocorrer uma tragédia maior em desfavor da ofendida (morte)”, conclui.

Campanha " Você é a gota que falta" será realizada nesta quarta

A campanha para doação de sangue "Você é a gota que falta", realizada pela Diretoria do Fórum Des. Sarney Costa será realizada nesta quarta-feira (03). A coleta será realizada em um unidade móvel que ficará em frente ao fórum, no Calhau. O meta é conseguir doadores entre os servidores, magistrados e demais operadores de Direito, além de pessoas da comunidade que estiverem no fórum no dia da campanha.

A coleta de sangue, realizada por profissionais do Hemomar, será das 9h às 17h. O chefe da Divisão Médica e Odontológica do Fórum, Marcondes Tavares Filho, explica que a unidade móvel possui capacidade para atender quatro pessoas simultaneamente. A coleta dura cerca de 15 minutos; é feita com material estéril e descartável, sem risco de contrair doença. Antes da coleta, o doador passa por avaliação clínica e entrevista de forma individual e sigilosa.

Condições básicas para doar sangue:

-Apresentar documento com foto, válido em todo território nacional;

-Estar bem de saúde;

-Ter entre 16 e 69 anos de idade. Adolescentes só doam mediante consentimento formal do responsável legal;

-Pesar acima de 50 Kg;

-Não estar em jejum;

-Dormir bem nas últimas 24 horas;

-Não ingerir bebidas alcoólicas 12 horas antes da doação;

-Não ter se exposto a situação de risco que favoreça a contaminação por doenças transmissíveis pelo sangue.